

Notícias Sindicais, 07/02/14

Diap, 07/02/14

Federais penduram algemas em protesto contra boicote do governo

Sexta-feira (7), os agentes federais de todo o País vão participar de protestos em frente às unidades da Polícia Federal, e vão pendurar literalmente as algemas contra o boicote imposto pelo atual governo, considerado um castigo pelas operações anticorrupção que abalaram o Poder Executivo na última década, informa a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef).

Há várias décadas sem uma lei orgânica que reconheça suas atribuições que exigem formação acadêmica, agentes, escrivães e papiloscopistas da PF se tornaram os únicos cargos públicos que, na história do Brasil, amargam um congelamento salarial de sete anos, com perdas inflacionárias que já acumulam uma deterioração superior a 40%.

Um dos efeitos mais sensíveis do sucateamento salarial é a desvalorização da carreira dos agentes, escrivães e papiloscopistas da PF, segunda a Fenapef. Há, ainda, a constatação de que uma carreira antigamente reconhecida foi desvalorizada em relação às demais. Atualmente, muitos ingressam provisoriamente, e continuam estudando para outros concursos, que também exigem formação acadêmica, mas são carreiras não depreciadas pelo atual governo.

Estatísticas oficiais do Ministério do Planejamento demonstram a impressionante queda no número de agentes federais em todo o País, no decorrer do ano de 2013, logo após a realização de um concurso para 500 novas vagas.

“Somente no ano passado, 230 agentes federais desistiram da profissão ou penduraram as chuteiras, ou melhor, as algemas. Dos cargos esvaziados, metade desistiu no início da carreira, e o restante se aposentou. E é perceptível a mudança de comportamento dos policiais mais antigos, que não esperam sequer um dia a mais para se aposentarem, mesmo com os incentivos oferecidos”, enumera o presidente da Fenapef, Jones Borges Leal.

Conforme informações do Ministério do Planejamento, existem aproximadamente 3 mil cargos policiais autorizados por lei, mas ainda não ocupados na PF. Dirigentes sindicais protestam contra uma política de Segurança Pública que não valoriza os servidores que combatem o crime organizado, o tráfico de drogas, armas e a corrupção no País.

Em frente às unidades da PF ocorrerão atos simbólicos aonde os agentes federais vão literalmente pendurar as algemas, em protesto contra o boicote sofrido pelo governo federal nos últimos anos.

Diap, 07/02/14

Direito de ação do empregado recebe parecer contrário no Senado

Tramita no Senado Federal o PLS 340/12, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que acrescenta artigo 9º-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dispor sobre a proteção do direito de ação do empregado, durante a relação de emprego.

Foi apresentado, nesta quinta-feira (6), parecer do relator, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), pela rejeição da matéria, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A matéria ainda deve ser apreciada no plenário do Senado Federal.

Ação do empregado

A proposta prevê que são nulos os atos que caracterizem represália ou discriminação contra o empregado que estiver demandando administrativa ou judicialmente em face ao empregador durante a relação de emprego.

Também estabelece que relações de emprego em que o empregado for demitido sem justa causa, enquanto estiver no exercício de seu direito de ação contra o empregador, aplicar-se o disposto no artigo 4º da Lei 9.029/95, que estabelece que o rompimento da relação de trabalho por ato discriminatório, nos moldes desta lei, além do direito à reparação pelo dano moral, faculta ao empregado optar entre:

1 - a readmissão com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente, acrescidas dos juros legais; e

2 - a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento, corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais.

Portal da CUT

Governo se compromete a responder pauta do funcionalismo antes do carnaval

06/02/2014

Trabalhadores foram recebidos por secretário do Ministério do Planejamento após ameaça de ocupação

Escrito por: CUT-DF

Após ameaça de ocupação do Ministério do Planejamento (bloco K) em ato de lançamento da Campanha Salarial Nacional 2014 dos servidores públicos federais, nesta quarta-feira (5), um grupo de representantes dos trabalhadores foi recebido pelo secretário de Relações do Trabalho da pasta, Sérgio Mendonça. O representante do governo federal se comprometeu a encaminhar às entidades nacionais dos servidores, antes do carnaval, documento respondendo ponto a ponto a pauta de reivindicação do funcionalismo. Ele ainda afirmou que vai tentar articular audiência para que a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, receba o grupo.

“Demos ênfase ao nosso clima de mobilização. Passamos o recado de que queremos intensificar a mobilização, que queremos o padrão Fifa para o serviço público brasileiro. A população brasileira exige e merece um serviço público de qualidade. Deixamos claro também que estamos dispostos a ir à greve, caso as negociações não avancem”, disse a secretária nacional de Combate ao Racismo da CUT, Júlia Nogueira, que participou da reunião com Mendonça. A referência dela ao padrão Fifa é em função das exigências da federação quanto às instalações e aos serviços de alto custo para a Copa do Mundo de futebol no Brasil.

A pauta de reivindicação dos servidores públicos federais foi protocolada no Ministério do Planejamento no dia 24 de janeiro. Entre as bandeiras que unificam os servidores federais estão, entre outras, a instalação de uma política salarial permanente; a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; a definição de data-base; a regulamentação da negociação coletiva; implementação de diretrizes de plano de carreira. Também fazem parte das prioridades desta campanha salarial a retirada de projetos de lei no Congresso Nacional que prejudicam os trabalhadores públicos; além do cumprimento por parte do governo de acordos e protocolos de intenções firmados em processos de negociação, bem como a antecipação da parcela de reajuste prevista para janeiro de 2015 e reajuste em benefícios.

De cima do carro de som no ato que reuniu dezenas de servidores e fez barulho na Esplanada dos Ministérios nesta quarta-feira (5), o dirigente nacional da CUT, Pedro Armengol, protestou contra a recusa da ministra do Planejamento em receber pessoalmente as lideranças do funcionalismo, apesar de audiência ter sido solicitada em janeiro, no mesmo documento que informa a pauta de luta da categoria, protocolado na pasta.

Para completar o calendário de atividades da semana, as entidades do fórum nacional em defesa do serviço público voltam a se reunir nesta sexta, dia 7. Na reunião as entidades devem fazer um balanço das atividades da Campanha Salarial 2014 até o momento e traçar novas ações para seguir buscando avanços nos processos de negociação com o governo.

Portal da CUT

Confederação Nacional de Vigilantes realiza 8º Congresso e elege nova diretoria

06/02/2014

Trabalhadores aprovaram também nota de solidariedade aos vigilantes de Rondônia, que sofrem com as 2.500 demissões anunciadas pelo governo do Estado no ano passado

Escrito por: CNTV-PS

No 8º Congresso Nacional dos Vigilantes, realizado nos dias 30 e 31 de janeiro, a plenária elegeu por aclamação unânime nova diretoria executiva para comandar a Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV pelos próximos quatro anos. O Congresso ainda reelegeu José Boaventura Santos presidente; Jervalino Rodrigues Bispo – que é presidente do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal, secretário de Finanças da Confederação e elegeu Roberto Miguel – que é secretário de Organização Político Sindical da CUT Brasília – secretário de Relações Intersindicais da CNTV-PS. A posse da nova diretoria foi realizada no dia 31, logo após a eleição.

O Congresso foi palco para debates de temas importantes para a categoria de todo o país, como a legalização trabalhista de todos os vigilantes (atualmente são aproximadamente 2 milhões, mas o dobro pode estar na ilegalidade); o piso salarial nacional de três salários mínimos para todos os estados; e o estatuto da segurança privada, que está sendo enviado à Casa Civil da Presidência da República e ficará sob fiscalização da Polícia Federal – nisto inclui-se a segurança eletrônica, o que dará condições dignas de trabalho para todos os companheiros.

Os delegados do 8º Congresso aprovaram também uma nota de solidariedade aos vigilantes de Rondônia, que sofrem com as 2.500 demissões anunciadas pelo governo do Estado no ano passado. Além disso, também foi aprovada uma moção de repúdio à decisão do governo de desempregar todos estes trabalhadores, e um grande ato em Porto Velho com participação de representantes de sindicatos de vigilantes de todo o país.

Como convidados, participaram do Congresso o diretor da Uni Sindicato Global Benjamin Parton; o secretário de Organização da CUT Nacional, Jacy Afonso; o presidente da CUT Brasília, Rodrigo Britto; a delegada da PF e coordenadora da CCASP, dra. Silvana Helena; o assessor técnico

do Dieese Thiago Oliveira; o dirigente da CUT Nacional Pedro Armengol; o diretor da Contracs Luiz Saraiva; e o secretário de imprensa da Contraf-CUT, Ademir Wiederkehr.

Portal da CUT

Greve dos Correios se fortalece em Minas Gerais

06/02/2014

Uma das reivindicações é a distribuição de correspondências no período da manhã; atualmente é à tarde, sob intenso calor

Escrito por: Rogério Hilário - CUT/MG

Trabalhadores e trabalhadoras dos Correios decidiram pela continuidade da greve, em assembleia realizada no início da tarde desta quarta-feira (5), na porta da Agência Central, em Belo Horizonte.

A categoria exige que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) cumpra o acordo firmado em 2013, em julgamento de dissídio no Tribunal Superior do Trabalho (TST), e não privatize o Correio Saúde, que é um benefício. Com a terceirização, trabalhadores e trabalhadoras passariam a pagar mensalidade, usando ou não o serviço, que se chamaria Postal Saúde.

Atualmente os Correios são os únicos gestores do plano de saúde.

Outra cláusula do acordo, que não vem sendo cumprida, é a implantação da distribuição de correspondências no período da manhã. A tarefa atualmente é cumprida durante a tarde, sob intenso calor, principalmente no verão.

A paralisação dos Correios, que completa seis dias nesta quarta-feira (5), se fortalece em Minas Gerais. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores dos Correios (Sintect-MG), a adesão ao movimento cresce a cada dia, principalmente no setor de distribuição. Na manhã desta terça-feira, houve manifestações no Centro de Cartas e Encomendas (CCE) no Sion, que aderiu à paralisação e no bairro Dona Clara, próximo ao Anel Rodoviário.

O secretário-geral do Sintect-MG, Pedro Paulo Pinheiro, o Pepê, que coordenou a assembleia desta quarta-feira, os CCEs do Sion e do bairro Dona Clara aderiram à greve, que também vem crescendo no interior do Estado. "A paralisação se ampliou em Januária, Pirapora, Teófilo Otoni, Nova Serrana e Governador Valadares. Trabalhadores e trabalhadoras de cidades como Varginha, Três Corações e Três Pontas também aderiram. No Triângulo e Juiz de Fora ainda não fizeram assembleias, mas, quando forem realizadas, devem também parar. A greve vem pipocando nas cidades-pólo e isto está incomodando muito a empresa. Em estados como Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Paraná o movimento está muito forte", disse Pedro Paulo.

"A empresa quer economizar com a transferência do pagamento do plano de saúde para trabalhadores e trabalhadoras. Ela é a única gestora do Correio Saúde desde sua criação, em 1985. Não vamos aceitar que a empresa, à luz do dia, descumpra um acordo e crie um plano privado", afirmou o secretário-geral do Sintec-MG.

Pedro Paulo Pinheiro informou que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) negou o pedido de liminar para garantia de manutenção de 80% do efetivo operacional trabalhando feito pela empresa. A ECT queria que o TST considerasse a greve abusiva. O ministro presidente do tribunal, Carlos Alberto Reis de Paula, indeferiu o pedido. Ele determinou que a ação cautelar fosse distribuída à Seção Especializada de Dissídios (SDC) por entender que, para tomar qualquer decisão, é necessário analisar o que foi decidido na sentença normativa do dissídio coletivo de 2013, bem como as alterações realizadas pela ECT no plano de saúde.

Portal da CTB

Memória sindical: Há 31 anos metroviários paravam São Paulo

A homenagem prestada a sindicalistas perseguidos pela ditadura fascista implantada em 1964, em São Bernardo (SP), neste sábado (1), atçou a memória dos dirigentes do Sindicato dos Metroviários de São Paulo sobre os fatos da Greve Geral de 1983 e criação do Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores da Comissão Nacional da Verdade. "Eram tempos difíceis e boa parte de nós muito jovens queríamos enfrentar os brutamontes da Polícia Federal (PF), quando fomos presos um ano anos ao protestarmos contra a proposta de privatização do Metro na inauguração da Rodoviária Tietê, pelo então governador nomeado do estado, Paulo Maluf", relata Onofre Gonçalves de Jesus, presidente da CTB-SP e diretor dos Metroviários-SP naquele ano. Ele complementa explicando que os sindicalistas mais experientes continham os mais afoitos para não entrarem em provocação.

A Greve Geral de 21 de julho de 1983 marcou a história do movimento sindical brasileiro por ter sido a primeira de muitos anos de abstinência e também porque unia diferentes correntes do sindicalismo com objetivo de conquistar a democracia. "A participação dos metroviários foi essencial para o sucesso da greve na capital paulista", informa Paulo Roberto Soler, secretário-geral do

Sindicato dos Metroviários de São Paulo, naquele tempo. A decisão de somar aos companheiros e aderir à greve foi decidida em assembleia da categoria no dia 19 de julho e “preparada intensamente nas áreas a partir de então. Parte da direção do Sindicato que dormiu em locais diferentes nas duas noites anteriores à deflagração da greve por causa das ameaças de prisão feitas pela PF”, conta Soler. Os cinco sindicatos mais atuantes nessa greve geral sofreram intervenção comandada pelo ministro do Trabalho Murilo Macedo.

O sindicato criado em 1981 foi um dos que teve interventor nomeado pelos ditadores de plantão, os demais sindicatos foram o dos Petroleiros em Paulínia (SP) e Camaçari (BA), dos Metalúrgicos do ABC (em 1983 era de São Bernardo e Diadema), dos Bancários de São Paulo e dos Metroviários-SP. “Mas como a oposição elegeu diversos governadores progressistas em 1982, caso de São Paulo com Franco Montoro e Almino Afonso, a diretoria cassada continuou representando os metroviários em várias negociações”, ressalva Soler.

Na véspera da greve, dia 20, “da noite para a madrugada, os diretores Wagner Gomes e Luiz Rosa, pararam os operadores de trem e ajudaram outros a pararem as estações. No setor de manutenção, Onofre, Bosco, Soler, Roberval, Valadão, Mineiro entre outros ajudaram a parar todo o Pátio de Manutenção do Jabaquara”, garante Soler. E assim a capital paulista amanheceu paralisada.

Onofre lembra que ocorria uma reunião da diretoria dos metroviários para organizar a greve quando “recebemos a notícia de que a PF rumava ao nosso encontro para nos prender”. Já o dirigente Maurício de Souza Pereira rememora que muitos sindicalistas “escaparam em porta-malas de carros de deputados estaduais e assim entraram na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp)”. Onofre destaca os nomes de Eduardo Jorge (PT) e Benedito Cintra (PCdoB) como “fundamentais no acolhimento aos sindicalistas”, impedindo a prisão, pois “a PF não podia invadir a Alesp”.

Para Pereira a fuga dos sindicalistas foi fundamental para a continuidade do movimento. “Da Assembleia nós organizamos e dirigimos a greve em São Paulo”. A Greve Geral de 1983 foi fundamental para o massivo movimento das Diretas Já em 1984 culminando com o fim da ditadura no ano seguinte via colégio eleitoral com eleição da chapa Tancredo Neves/José Sarney. Mais de 3 milhões de trabalhadores e trabalhadoras saíram às ruas enfrentando o regime militar de cara limpa.

O atual secretário-geral da CTB Wagner Gomes, outro dirigente dos Metroviários-SP naquele tempo, disse que foi preso no protesto na Rodoviária Tietê em 1982 com o uniforme do Metro, porque “estava em horário de serviço”. Ele conta que foi separado dos seus companheiros também preso justamente porque “com o uniforme poderia circular em qualquer área e chegar próximo ao então governador do estado. Assim raciocinaram os repressores”, sinaliza Gomes. Ele relata que separado do grupo apanhou mais. “Tomava tapas nas orelhas e socos na barriga, depois deter meu crachá rasgado”.

O delegado da PF Romeu Tuma apareceu para conversar, conta Gomes, “ele queria saber por que eu estava de uniforme e o que pretendia fazer. Conteí que protestávamos contra a privatização”, mas foi “a presença de deputados que facilitou a nossa liberação”, ressalva. Depois de presos a atuação dos deputados federais Eduardo Suplicy (PT) e Antonio Rezk (PMDB, na época) “foi fundamental para a nossa liberação”, lembra Onofre.

Quando o Sindicato dos Metroviários de São Paulo realmente encampou o movimento na capital, o presidente Paulo Otávio de Azevedo Júnior estava no exterior em viagem de intercâmbio com a luta de trabalhadores de outros países. Mas chegou a tempo de participar do movimento, asseguram os dirigentes dos metroviários. “O sindicato ficou cerca de um ano sob intervenção e só com o fim da ditadura pudemos retomar o nosso sindicato”, ressalta Gomes.

“Muitos companheiros foram fundamentais para o sucesso dessa greve que resultou na união da classe trabalhadora para por fim ao ciclo ditatorial no país”, sintetiza Soler. Para ele, “31 anos, fica a importância de se contar a história porque nenhum movimento brota do nada da noite para o dia”, afirma.

Nem o site do Sindicato dos Metroviários de São Paulo conta essa dignificante história não apenas dos sindicatos, mas da classe trabalhadora brasileira. Imaginem a situação do Metrô paulista se os trabalhadores e as trabalhadoras não tivessem resistido às inúmeras investidas do capital contra o trabalho no intuito de privatizar a empresa. Relembrar o fato é importante para mostrar que o movimento sindical tem uma bonita história.

Marcos Aurélio Ruy - Portal CTB

Portal da CTB

Centrais pretendem reunir 50 mil pessoas no ato de 9 de abril em SP

As centrais sindicais se reuniram nesta terça-feira (4), em São Paulo, para definir alguns encaminhamentos com vistas ao ato marcado para o dia 9 de abril, em defesa da classe

trabalhadora e da pauta trabalhista. Segundo o secretário geral da CTB, Wagner Gomes, a ideia das entidades é levar 50 mil pessoas às ruas da capital paulista.

Segundo os dirigentes, a concentração do ato ocorrerá na Praça da Sé, a partir das 10h. De lá, a multidão seguirá em caminhada até o Museu de Arte de São Paulo (MASP), na Avenida Paulista, onde será realizada uma manifestação em defesa de mudanças na política macroeconômica, a valorização da classe trabalhadora, o fim do fator previdenciário, mais investimentos para Saúde e Educação e a redução da jornada de trabalho para 40h semanais.

Direção da CTB em peso

Por conta do ato, a CTB decidiu agendar sua reunião da Direção Nacional para os próximos dias 10 e 11 de abril.

De acordo com Wagner Gomes, os dirigentes cetebistas de todo o Brasil deverão chegar a São Paulo entre os dias 8 e 9, para que todos possam participar do ato político. "A manifestação do dia 9 foi incorporada como uma atividade da nossa reunião da Direção Nacional. A CTB está jogando um grande peso nesse ato e todos nós estaremos nas ruas defendendo as bandeiras da classe trabalhadora", afirmou o dirigente.

Portal CTB

Portal da UGT

O que é a desaposentação? Quem tem direito a entrar com esta ação?

06/02/2014

A desaposentação é uma ação que tem por objetivo fazer com que o aposentado que continua trabalhando e contribuindo para o INSS tenha o direito de reverter todas as contribuições pagas depois de aposentado para aumentar o benefício que recebe. O benefício só pode ser aumentado até o limite do teto salarial máximo da Previdência Social, que está em R\$ 4.159.

Tem direito a entrar com esta ação as pessoas que se aposentaram e continuaram trabalhando e contribuindo para a Previdência Social no mesmo valor ou num valor acima daquele que contribuía quando se aposentou.

Fonte: Marta Gueller, advogada especializada em Direito Previdenciário

Instituto do Observatório Social

Depois de uma semana de greve, Correios recorrem ao TST

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) por causa da greve iniciada em 30 de janeiro. Os Correios pedem que o tribunal decrete a abusividade do movimento, além de descontar os dias parados. Foi marcada audiência de conciliação para a tarde desta quinta-feira, 6, às 14h.

O presidente do TST, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, indeferiu pedido de liminar da ECT, para manutenção de 80% do efetivo de trabalhadores durante a paralisação. O caso foi para a Seção Especializada em Dissídios Coletivos, e o relator é o ministro Márcio Eurico Vitral Amaro.

A greve completa uma semana com adesão de trabalhadores de 16 regiões, segundo a Fentect, federação que representa 29 sindicatos da categoria, e foi deflagrada em protesto contra alterações no plano de saúde. Os sindicalistas afirmam que após a mudança do Correios Saúde para o Postal Saúde, em janeiro, os funcionários passaram a arcar com despesas pela realização de exames ou consultas, e que os aposentados também começaram a receber boletos de cobrança da mensalidade do plano (e não co-participação).

A ECT contesta, reafirma que as regras não foram alteradas e que decisões a respeito da gestão do plano de saúde são exclusivas da empresa e não das representações sindicais. "Desde o início de janeiro, o plano CorreiosSaúde, que atende os empregados da ECT e seus dependentes, passou a ser operado pela Postal Saúde, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com política e diretrizes definidas pela ECT", diz a empresa. Ainda segundo os Correios, uma das cobranças questionadas pelos trabalhadores trata-se de "equivoco cometido pelo credenciado" (clínica médica) e que já orientou a devolução do valor.

Os representantes dos trabalhadores temem que a empresa deixe de ser a gestora do plano e entregue a administração do convênio médico para iniciativa privada. "A empresa está descumprindo uma norma do próprio TST, que definiu em julgamento de dissídio coletivo no ano passado que o Correios deve ser o gestor do plano. Eles estão tentando encontrar uma brecha para tirar a responsabilidade que lhes cabe", disse o secretário de Imprensa e Comunicação da Fentect, James Magalhães. A ECT afirma que a greve é "abusiva e afronta o Poder Judiciário, ao buscar alterar fato já decidido pelo TST".

Por: Rede Brasil Atual

Instituto do Observatório Social

Nova multa por trabalho infantil pode chegar a R\$ 40 mil em SP

Está na mesa do governador Geraldo Alckmin um projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa de São Paulo que prevê o pagamento de multas de 500 a 2 mil Unidades Fiscais do Estado de São Paulo (R\$ 10.070,00 a R\$ 40.280,00) pelas empresas que se beneficiarem de trabalho infantil. Antes da aplicação da multa, as empresas seriam advertidas e teriam 30 dias para provar que o problema foi erradicado.

Isso ocorre logo após a megaoperação realizada em carvoarias, no interior do Estado, que retirou sete crianças e adolescentes (quatro no município de Joanópolis, dois em Piracaia e um em Pedra Bela) dessa que é considerada uma das piores formas de trabalho infantil. A ação, que identificou marcas que comercializam com os supermercados da capital, ainda resgatou 34 trabalhadores de condições análogas às de escravo.

Esse valor vem a se somar às multas já impostas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outras punições legais relacionadas à exploração laboral de crianças, como ações do Ministério Público do Trabalho. Mas, de acordo com Isa Oliveira, secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), não há leis específicas que punam economicamente empresas por essa prática no país.

O tamanho da punição dependerá da gravidade do caso, da vantagem econômica obtida e do porte da empresa e o montante será destinado ao Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

"O Estado de São Paulo não pode admitir a existência de trabalho infantil em sua economia. Por isso, o objetivo desse projeto é criar dificuldades econômicas para as empresas que se beneficiarem dessa forma de exploração", afirma o deputado estadual Carlos Bezerra Jr (PSDB), autor do projeto de lei 1186/201, aprovado pela Assembleia em 17 de dezembro.

A incidência de trabalho infantil no quadro de empregados das empresas não é significativa após duas décadas de políticas públicas visando ao combate a essa forma de exploração – da fiscalização do trabalho à concessão de auxílio financeiro para quem mantém os filhos na escola – de acordo com especialistas ouvidos pelo blog. Contudo, ela ainda é um problema se considerarmos os casos em que empresas terceirizam ilegalmente a responsabilidade trabalhista por sua produção para economizar ou se beneficiam do trabalho infantil praticado por seus fornecedores.

"O trabalho infantil está praticamente erradicado no setor formal. A lei, que é interessante, será efetiva e ajudará a reduzir o trabalho infantil caso se consiga identificar quem está se beneficiando da exploração do trabalho da criança", afirma Maria Cláudia Falcão, coordenadora do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho no Brasil.

Mesma posição tem Renato Bignami, coordenador do combate ao trabalho escravo da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo: "A iniciativa é positiva sob o ponto de vista de ampliar a capilaridade do poder público na repressão ao trabalho infantil, incluindo o Estado de São Paulo como entidade de repressão ao trabalho infantil pelo viés econômico. Ela precisará incluir também os beneficiários dessa exploração, como já vem acontecendo no combate ao trabalho escravo".

Isa Oliveira, da FNPETI, lembra que há famílias que são contratadas para fornecer exclusivamente sua produção para grandes empresas. Para ela, não adianta as corporações colocarem em seus contratos cláusulas de que não admitem o trabalho de crianças quando não criam condições econômicas para isso. Ou seja, dizer que não aceitam crianças trabalhando entre seus fornecedores exclusivos quando o serviço só consegue ser realizado pelo preço pago com a participação delas. "É necessário atingir não apenas quem faz a exploração diretamente, mas quem auferir proveito ou lucro sobre esse trabalho. A responsabilidade social imputa ao empresário saber o que está acontecendo em seu negócio", afirma.

"Se a criança é explorada pela própria família, deve-se retirá-la dessa situação, mas não priva-la da convivência familiar ou comunitária", afirma. Ou seja, garantir que a família tenha condições para que a criança não precise trabalhar para sobreviver.

Maria Cláudia, da Organização Internacional do Trabalho, aponta para a agricultura e o setor informal, especialmente comércio e serviços, como desafios para essa lei.

O número de crianças trabalhando em bares e restaurantes, por exemplo, tende a aumentar em locais turísticos durante a alta temporada. Ou em megaeventos, como a Copa do Mundo.

Brasil e o Mundo

As Nações Unidas estipularam a meta de acabar em 2016 com as piores formas de exploração laboral infantil, como a exploração sexual de crianças e adolescentes, o trabalho urbano informal (comércio ambulante, por exemplo) e ilícito (tráfico de drogas), o trabalho rural e o trabalho doméstico.

Contudo, apesar da queda índices no Brasil e dos avanços do combate em vários cantos do mundo, não temos agido com a velocidade necessária para combater a miséria e a pobreza (que empurram crianças para a degradação e não garantem oportunidades de educação, cultura, lazer, saúde, enfim, dignidade), a impunidade (que garante a certeza de liberdade para quem rouba a infância) e a ganância (a dificuldade de responsabilização de quem se beneficia com a exploração desse tipo de mão de obra barata em suas cadeias produtivas).

Para cumprir a meta de erradicar as piores formas de trabalho infantil e juvenil até 2016, seria necessário retirar pelo menos 85 milhões de crianças e adolescentes envolvidos no problema em todo o mundo. Segundo Tereza Campello, ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, há 2 milhões de jovens acima de 16 anos trabalhando no Brasil, além de 1,5 milhão com menos de 16 anos.

Infelizmente há muitos exemplos ainda por aqui: Meninas subindo em boleia de caminhão em posto de gasolina, adolescentes exploradas sexualmente para benefício dos trabalhadores de grandes obras, crianças libertadas na produção de frutas, batata, cebolas. Um menino que perdeu a visão ao tropeçar na colheita de cacau. Uma menina que quebra pedras para sobreviver. Outra que trabalha em residência em tempo integral.

Por: Blog do Sakamoto

Jornal do Commercio, 06/02/14

Produção de veículos do Brasil cresce 2,9% em janeiro

A indústria brasileira de veículos teve alta de 2,9 por cento na produção em janeiro sobre dezembro e apurou queda de 11,7 por cento nas vendas na mesma comparação, segundo dados divulgados nesta quinta-feira pela associação que representa o setor.

Segundo dados da Anfavea, a produção somou 237,5 mil veículos, queda de 18,7 por cento sobre o volume recorde para o mês definido em janeiro do ano passado. Já as vendas foram de 312,6 mil unidades, crescimento de 0,4 por cento sobre o dado de um ano atrás que também havia sido o maior para o mês.

O segmento de automóveis e comerciais leves apresentou queda de 20 por cento na produção de janeiro em relação ao mesmo período do ano passado, para 221,18 mil unidades. Já caminhões teve alta de 9,3 por cento e ônibus apresentaram recuo de 16,8 por cento.

Fontes do setor afirmaram mais cedo nesta semana que as vendas de janeiro foram impulsionadas em grande parte por estoque de veículos produzidos sob o benefício do desconto do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que começou a ser novamente elevado pelo governo no início do ano. O setor terminou o ano passado com estoque de 353,4 mil veículos.

No início de janeiro, a Anfavea divulgou previsão de crescimento nas vendas de veículos este ano de 1,1 por cento, para 3,81 milhões de unidades. Para a produção, a estimativa é crescimento de 0,7 por cento, a 3,765 milhões de veículos.

As exportações de carros, comerciais leves, caminhões e ônibus somaram 25,78 mil unidades em janeiro, 28,9 por cento abaixo do despachado ao exterior um ano antes. Em termos financeiros, as vendas externas de autoveículos somaram 673 milhões de dólares, valor 18 por cento menor que o faturado em janeiro de 2013.

Incluindo máquinas agrícolas, as exportações brasileiras de veículos em janeiro caíram 13 por cento na comparação anual, para 886,2 milhões de dólares.

A Fiat encerrou janeiro com vendas de 63.049 automóveis e comerciais leves após 70.618 unidades vendidas um ano antes. A Volkswagen apurou licenciamentos de 56.133 unidades, após 61.359 no mesmo período de 2013, enquanto a General Motors registrou 53.892 emplacamentos, após 53.033 na comparação anual.

Em caminhões, a MAN, do grupo Volkswagen, teve licenciamentos de 2.847 unidades, após 3.507 em janeiro do ano passado. Mercedes-Benz teve emplacamentos de 2.632 unidades e foi seguida por Volvo, com 1.495 caminhões emplacados em janeiro. (Agência Reuters)

Organizado por Ernesto Germano